



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 11**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE**  
**MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETTE.**

----- Aos trinta e um dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes.-----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Heliodora Piedade Pedras Borreicho**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1947-P da freguesia de Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 338 da mesma freguesia,

com a área de implantação e de construção de 33,00 m2, implantado no prédio inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo 264, Secção A**, designado **Vinha do Castelo**. -----

Da análise da documentação apresentada, constata-se que o prédio estava omissa na matriz, tendo sido inscrito em 08-05-2017. Na declaração apresentada no Serviço de Finanças de Mora foi indicado que o prédio possui 120 anos, tendo ainda sido anexados levantamento onde se regista que o imóvel se encontra em ruínas e fotografias comprovativas desse facto. Para além disso, pela verificação da planta cadastral em suporte de papel (campanha de 1954-55, com atualizações eventualmente executadas em data posterior não identificada), constata-se que existe a representação de imóvel no local.-----

Face ao exposto, não se encontram indícios que contrariem a informação relativa à idade do imóvel, o que aponta para que o edifício seja, pelo menos, anterior à da entrada em vigor do **Plano Diretor Municipal**, cuja ratificação é de 29/06/1987. Situa-se ainda fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho, não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - dois: ALIENAÇÃO DE LOTE - LOTEAMENTO MUNICIPAL DE MORA DA QUINTA DAS SESMARIAS:** Presente informação da **Divisão de**

**Obras e Urbanismo** informado do requerimento apresentado por **Eduardo Filipe Rosado Caldeira**, candidatando-se à alienação **do lote n.º 5 do Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias**. -----

Considerando que o lote se encontra disponível e não tem havido procura, propõe-se a sua alienação direta, prescindindo de concurso, nos termos do artigo 4.º do **Regulamento de Cedência de Lotes de Terreno em Loteamentos Municipais**. -----

O **Lote n.º 5** tem a área de **381,95 m²** e o seu custo é de **7.639,00 €**, que poderá ser pago por uma vez ou em 4 prestações quadrimestrais, sendo a primeira no ato da assinatura da escritura.-----

O concorrente reúne as condições de admissão ao concurso definidos no artigo 5.º do **Regulamento de Cedência**, devendo o requerente em caso de deferimento fazer prova de satisfação do constante na alínea b) do art. 5.º. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu **acordo** com a proposta da **Divisão de Obras e Urbanismo** e de harmonia com a mesma, deliberou por unanimidade, alienar ao senhor **Eduardo Filipe Rosado Caldeira** o **lote nº 5 do Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias** com a área de 381,95 m², confrontando a **Norte**, Lote 4, **Sul**, Lote 6, **Nascente**, Terreno Municipal e **Ponte**, Arruamento Público, na modalidade de direito de propriedade plena, pelo valor de **7.639,00 €**, que poderá ser pago por uma vez ou em 4 prestações quadrimestrais, sendo a primeira no ato da assinatura da escritura. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: GRUPO DE CANTARES DE CABEÇÃO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do

disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18. -----

Face ao pedido apresentado pelo **Grupo de Cantares de Cabeção**, propõe esta **Divisão** a atribuição de um subsídio no valor de **500,00€, (quinhentos euros)** destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, **concedendo** o referido subsídio no valor de **500,00€, (quinhentos euros)**, ao **Grupo de Cantares de Cabeção** destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2017, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: CLUBE DE CAÇA E PESCA DE PAVIA - OFERTA COMPUTADOR:** Presente informação da **Unidade de Ação Socio Cultural** informando que face ao pedido efetuado pelo **Clube de Caça e Pesca de Pavia**, propõem a oferta de um computador usado no antigo **Espaço Internet**, para apoio à elaboração de documentação relacionada com a referida **Associação**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar a oferta de um computador usado no antigo Espaço Internet, ao **Clube de Caça e Pesca de Pavia**,

para apoio à elaboração de documentação relacionada com a referida **Associação**. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.083.915,89 €, dois milhões oitenta e três mil novecentos e quinze euros e oitenta e nove cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **57.776,98€ cinquenta e sete mil setecentos e setenta e seis euros e noventa e oito cêntimos**. -----

----- A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **87.248,20€, oitenta e sete mil duzentos e quarenta e oito euros e vinte cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA NO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - GIP (ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO IAS):** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que por despacho do **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mora** do dia 15 de dezembro de 2016, foi emitido Parecer Prévio favorável para a contratualização de serviços externos especializados para a prestação de serviços, em regime de tarefa, no **Gabinete de Inserção Profissional - GIP**. -----

A contratualização foi feita por 11 meses, tendo como valor remuneratório o valor do **IAS de 2016** (em cumprimento com o protocolo estabelecido entre o Município de Mora e o Instituto do Emprego e Formação Profissional). No entanto a 3 de janeiro de 2017 foi publicada a Portaria n.º 4/2017, que no seu artigo 2º atualizou o Valor do IAS para **421,32€**. -----

Desta forma propõe-se a atualização do valor da prestação de serviços (de **419,22€** para **421,32€**) para o ano de 2017, em cumprimento com o Protocolo estabelecido. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento manifestou o seu **acordo** com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade proceder à atualização do valor da prestação de serviços (de 419,22€ para 421,32€) para o ano de 2017, em cumprimento com o Protocolo estabelecido referente à contratualização de serviços externos especializados para a prestação de serviços, em regime de tarefa, no **Gabinete de Inserção Profissional - GIP..** -----

----- **Ponto três - quatro: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - SERVIÇO DE DINAMIZAÇÃO E VISITAS GUIADAS**

**NO NÚCLEO REGIONAL DO MEGALITISMO:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença. -----

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. -----

Entre outros, institui-se o procedimento de emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultoria técnica.-----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da LOE, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo. -----

Obrigações reiteradas pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual redação. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento bem como o cumprimento dos requisitos legais e financeiros definidos, submeto à consideração da **Câmara Municipal** o seguinte: -----

De modo a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue do funcionamento do Núcleo Regional do Megalitismo, torna-se necessário recorrer à contratação de serviços externos especializados para a dinamização e a realização de visitas guiadas no Núcleo regional do Megalitismo. Desta forma propõe-se a emissão de parecer prévio, nos termos da legislação atrás definida, da Câmara Municipal para a contratação de prestação de serviços, em regime de tarefa, pelo período definido de 3 meses, pelo valor mensal de 1.557,70€ (acrescido de Iva à taxa legal em vigor). Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços acima referido, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, nos termos da presente informação. -----

Presente ainda informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença. -----

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. -----

Entre outros, institui-se o procedimento de emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultoria técnica. -----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da **LOE**, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo. -----

Obrigaçãõ reiterada pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual redação. -----



Termos em que, para que seja renovado qualquer contrato de aquisição de serviços, em regime de tarefa ou avença, tem de se obter o parecer prévio favorável da Câmara Municipal. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento, submeto à consideração da **Câmara Municipal** o seguinte: --

- **Luis Pedro Mendes Branco:** coordenação e execução de tarefas da área ambiental, remuneração de 1.915,97€/mês (IVA incluído), duração de 2 meses.-

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços acima referido, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, nos termos da presente informação. -----

----- **Ponto três - cinco: TABELA DE PREÇOS 2017 - 3ª ALTERAÇÃO:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da 3ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a 3ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos. -----

----- **Ponto três - seis: PASSEIO DE MOTORIZADAS - MOTO ESCRAVELHOS, CLUBE MOTARD/CLÁSSICAS DE MORA:** Presente informação da **Secção Administrativa** informando que para conhecimento e emissão de parecer, nos termos do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005 de 24/3, envia ofício do **Moto Escravelhos, Clube Motard/Clássicas de Mora**, solicitando autorização

para um passeio de motorizadas pelo **Concelho de Mora**, que terá lugar dia 04 de junho do corrente ano. -----

Mais envia o mapa do percurso e parecer da **GNR Destacamento Territorial de Estremoz**. -----

Informa-se que nos termos da alínea a) do nº 2 do Artº 3, do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 27 Agosto, não nos foi indicado o número previsto de participantes. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não ver inconveniente à passagem do passeio de motorizadas pelo **Concelho de Mora**, que terá lugar dia 04 de junho do corrente ano, nos termos do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005 de 24/3. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco : EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou** que, os funcionários afetos à Bilheteira do Núcleo Regional do Megalitismo (Assistentes Operacionais), estão autorizados, a exercer trabalho extraordinário de duas horas, durante o horário de Verão, ao Sábado e Domingo em que estão a exercer as suas funções sozinhos, de modo a garantir o funcionamento das tarefas inerentes à abertura e encerramento da caixa e assim colmatar a falta de funcionários nesta área. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para prestação de serviço para elaboração de propostas de atualização do Plano Municipal de

Emergência de Proteção Civil de Mora, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação e conforme o Caderno de Encargos e Convite. As propostas deverão ser obrigatoriamente entregues até às 17h00 horas do 5.º dia a contar da data de envio do convite. -----

Determinou também que o júri deste procedimento seja composto pelos Senhores, Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras, Engenheiro Joaquim Manuel Lopes Neto e Engenheiro Luís Pedro Mendes sendo Presidente do mesmo o Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras, como membros efetivos e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Arquitecto Vitor da Silva Mendes, como membros suplentes. -----

Determinou ainda que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

**GET CONSULTING** - Rua Virgílio Correia nº 9 B- laranjeiras/ lisboa; -----

**Sempervirens** - Praça das Águas Livres, 8-Sobreloja 5 | 1250-001 Lisboa.-----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 7.500,00 €. -----

- **Em que determinou**, a nomeação do Técnico Superior, Joaquim Manuel Lopes Neto (que já desempenha funções de Coordenador do GTF de Mora) para o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC), pelo período de 3 anos renovável automaticamente, considerando que:-----

**1** - A Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, vem definir o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal, estabelecendo a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e determinar as competências do Comandante Operacional Municipal (COM);-----

**2** - Nos termos 1 e 4 do artigo 13º do referido diploma, em cada Município há um Comandante Operacional Municipal (COM), nomeado de entre o universo de

recrutamento que a lei define para os Comandantes Operacionais Distritais;-----

**3** - De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 73/2013, de 31 de maio, o recrutamento dos Comandantes Operacionais Distritais é feito de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e/ou experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções; -----

**4** - Nos termos da nova Lei de Bases da Proteção Civil - Lei nº 80/2015, de 03/08, o Comandante Operacional Municipal (COM) passou a ser designado de Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC); -----

Mais determinou que a referida nomeação produza efeitos a partir de 1 de junho de 2017, inclusive.-----

- **Em que determinou**, que os horários de trabalho do **Núcleo Regional do Megalitismo** são os seguintes: -----

**Horário de Inverno:** -----

**1** . Das 9:30 às 17:30.-----

**Horário de Verão:** -----

**1** . Das 9:30 às 17:30; -----

**2** . Das 11:00 às 19:00. -----

Mais determinou que neste horário se verifica um intervalo de descanso de uma hora e que o dia de descanso semanal é à segunda feira. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Quaternaire Portugal., a Elaboração da Candidatura da Câmara Municipal de Mora no Âmbito do Aviso nº. ALT20-66-2016-28, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, pelo valor de 10.750,00 €, mais IVA, o que totaliza o valor de 13.222,50€, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabe-

lecidos.-----

Mais determinou **aprovar** a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: PROTOCOLO COOPERAÇÃO ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS MORA - CARTÃO MUNICIPAL**

**IDOSO:** Pelo **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto **Vereador da Câmara**, para intervir no presente assunto por ser **Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, pelo que de seguida abandonou a reunião.-----

Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que considerando que os municípios podem prestar apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes pelos meios adequados, de acordo com o disposto no artigo 64º, número 4, alínea c), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Considerando que a **Câmara Municipal de Mora**, dando cumprimento às **Opções do Plano para 2001**, aprovadas pelos **Órgãos do Município**, decidiu instituir o **Cartão Municipal do Idoso**; -----

Considerando que o referido Cartão tem como objectivo contribuir para a dignificação e melhoria das condições de vida dos **Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Mora**;-----

Trata-se de um cartão individual de que podem beneficiar todos os reformados, pensionistas e idosos residentes no Concelho de Mora, cujas pensões e/ou ren-

dimentos sejam inferiores a **400.00 € (quatrocentos euros)** mensais. -----

Neste sentido, propõe o **Senhor Presidente**, através da celebração de um **Protocolo de Cooperação** (em anexo), uma comparticipação de **20 %**, na parte que cabe ao titular do **Cartão Municipal do Idoso**, nas despesas com deslocações efectuadas pela **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, para consultas e exames médicos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu acordo com a proposta do **Senhor Presidente** e deliberou por unanimidade dos presentes celebrar um **Protocolo de Cooperação**, com uma participação de **20 %**, na parte que cabe ao titular do **Cartão Municipal do Idoso**, nas despesas com deslocações efectuadas pela **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, para consultas e exames médicos. -----

Ato continuo o **Senhor Vereador** regressou à reunião. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, designadamente a Escola Básica de Pavia, no dia 12 de Junho, para uma visita ao Jardim Zoológico de Lisboa; -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, designadamente a Escola Básica de Cabeção, no dia 23 de Junho, para uma visita ao Museu do Teatro e da Dança, em Lisboa; -----

- **Câmara Municipal de Avis**, no dia 1 de Julho, para apoio no transporte dos participantes na iniciativa das Marchas Populares 2017; -----

- **Comissão Sindical de Mora**, para transporte dos interessados do nosso Conselho em participar numa Ação de Luta, em Lisboa no próximo dia 3 de Junho.--

- **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, para transporte da sua fanfarra para participar no 10º Desfile de Fanfarras de Bombeiros em São Martinho do Porto no próximo dia 11 de Junho. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às **Instituições** acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e cinquenta e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

